

UMA ALIANÇA DO SERTÃO NORTE-MINEIRO COM OS POVOS DO CERRADO EM DEFESA DE SEUS TERRITÓRIOS

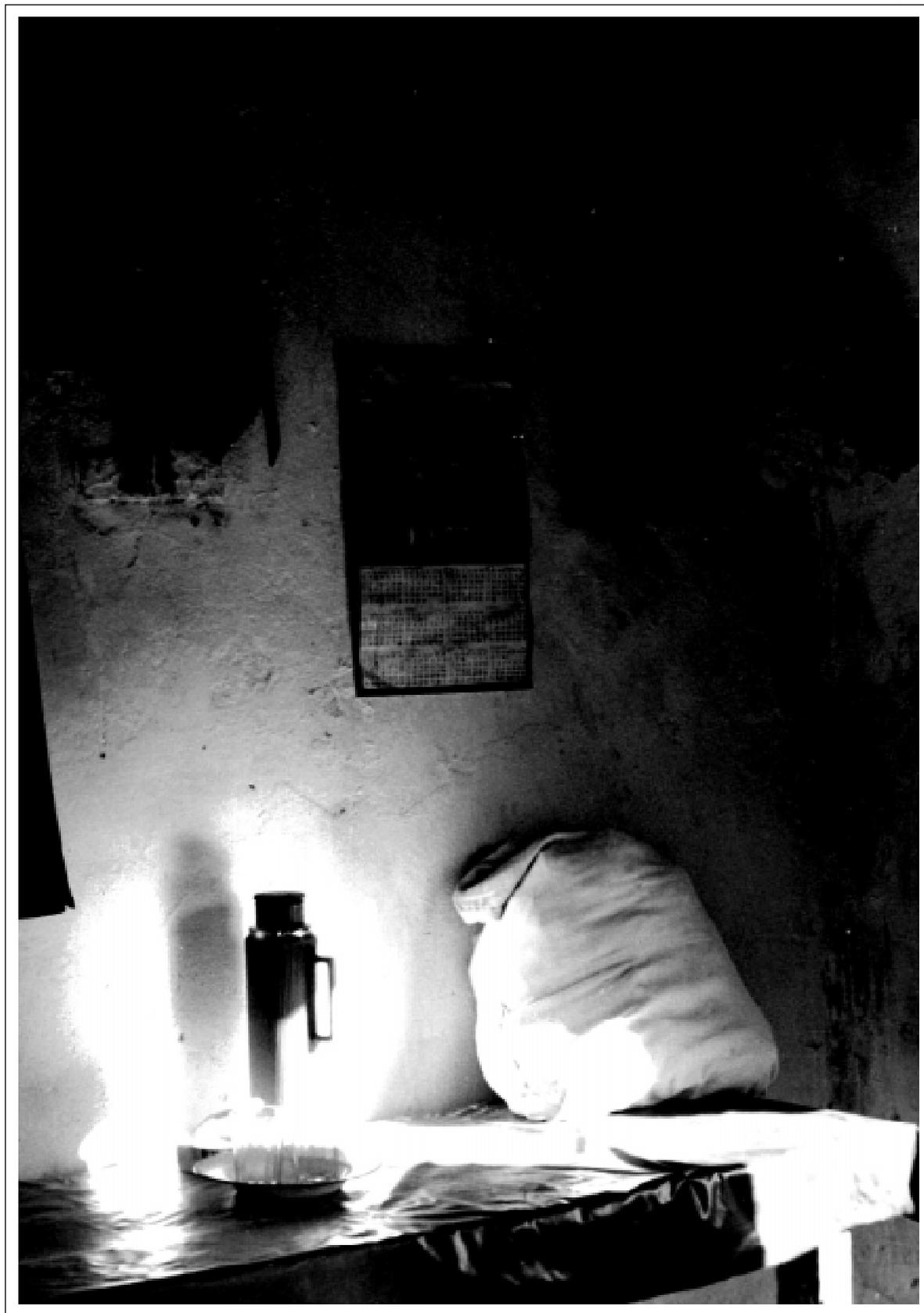
“O Sertão é muita coisa, pensar no sertão é pensar em ser muito, em ser tão..
Ser tão do sertão
Ser da Caatinga, caatinga do sertãozão
Ser tão cheiroso feito o pequi
Ser tão lutador feito o povo Xacriabá, quilombola, geraizeiro e caatingueiro
Ser tão biodiversidade...”

(*Ser tão* – Ana Amélia Cordeiro, apresentada no I Encontro Norte-Mineiro de Agrobiodiversidade – Porteirinha, MG)

Em abril deste ano, seu Nicolau, do povo Xacriabá, levou para a I Feira da Agrobiodiversidade, realizada em Porteirinha, castanha de Donato, colher de pau, calojinha, papagaio, sementes de milho e feijões de diversos tipos. No mês de setembro, Lorena, jovem artista, veio de Goiânia para Montes Claros, para participar do IV Encontro e Feira dos Povos do Cerrado. De lá, trouxe artesanato típico do Cerrado goiano, feito com sementes, frutos, pedaços de casca de coco e pigmentos naturais. Seu Epaminondas, do município de Lassance, no I Encontro Norte-Mineiro de Agrobiodiversidade participou, no Quilombo do Gurutuba, da oficina sobre Populações Tradicionais e Biodiversidade. Néri Amaral, da aldeia Limão Verde, município de Amambaí/MS, também discutiu as populações tradicionais no Encontro dos Povos do Cerrado.

Os dois eventos citados foram realizados este ano no Norte de Minas Gerais. Em comum, a riqueza da sociodiversidade norte-mineira e brasileira, expressa nas partilhas de experiências, lutas, articulações, debates, redes e produtos. O grande tema em discussão foi o uso da biodiversidade, o destino de sua sociodiversidade, ambas impactadas mortalmente pela expropriação dos territórios, pelo avanço acelerado do agronegócio no bojo de um projeto insustentável de desenvolvimento da agricultura brasileira, comprometendo o destino e a preservação do patrimônio genético e cultural construídos secularmente pelas populações que abrigam, vivem e convivem nestes ecossistemas.

Esses dois encontros mostraram que, embora os Cerrados brasileiros estejam caminhando rapidamente para o fencimento, as populações que aí vivem estão dispostas a impedir



A sala de receber – Comunidade Bateiro – Chapada do Norte – MG

este biocídio, que significará o etnocídio dessas mesmas populações. Oportunidades em que traçou-se uma ampla aliança, acreditando “estarmos em um momento crucial para os destinos dos Cerrados brasileiros e de suas populações”. Pois, ao lado do expansionismo do agronegócio sobre os Cerrados e áreas de transição com a Amazônia e Caatinga, também florescem centenas de iniciativas de uso sustentável dos recursos naturais. Iniciativas que não têm por trás as grandes corporações transnacionais, nem a bancada ruralista, nem sociedades de *agribusiness*, nem fartos recursos governamentais. São populações tradicionais, entidades populares e agroecológicas, ambientalistas, pesquisadores independentes e outros que querem mostrar que é possível não tratar o Cerrado como mero suporte de produção suja de mercadorias globais, mas sim em fonte de riqueza social, cultural, econômica e ecológica permanente para os povos do Cerrado, os principais perdedores desse modelo. Para esses povos, o Cerrado é a sua casa, o seu habitat, lugar de vida, não de morte. Como uma de suas principais bandeiras, propuseram uma imediata “Moratória para o Cerrado”, ou seja, “proibir de imediato qualquer desmatamento que vise a expansão do agronegócio, até que se tenha um projeto discutido com a sociedade civil organizada e com os povos que o habitam, com vistas ao controle maior no seu uso e ocupação, garantindo assim conservação do que resta do bioma”.

I Encontro Norte-Mineiro de Agrobiodiversidade – “Toda vida que há no Cerrado e na Caatinga”

O I Encontro Norte-Mineiro de Agrobiodiversidade reuniu no município de Porteirinha, entre os dias 27 e 30 de abril de 2005, 300 participantes, incluindo representantes Xakriabá, quilombolas, geraizeiros, caatingueiros, barranqueiros, vazanteiros e trabalhadores sem terra e sem água, procedentes de 37 municípios da região. O objetivo principal foi fortalecer os espaços de diálogo e inter-

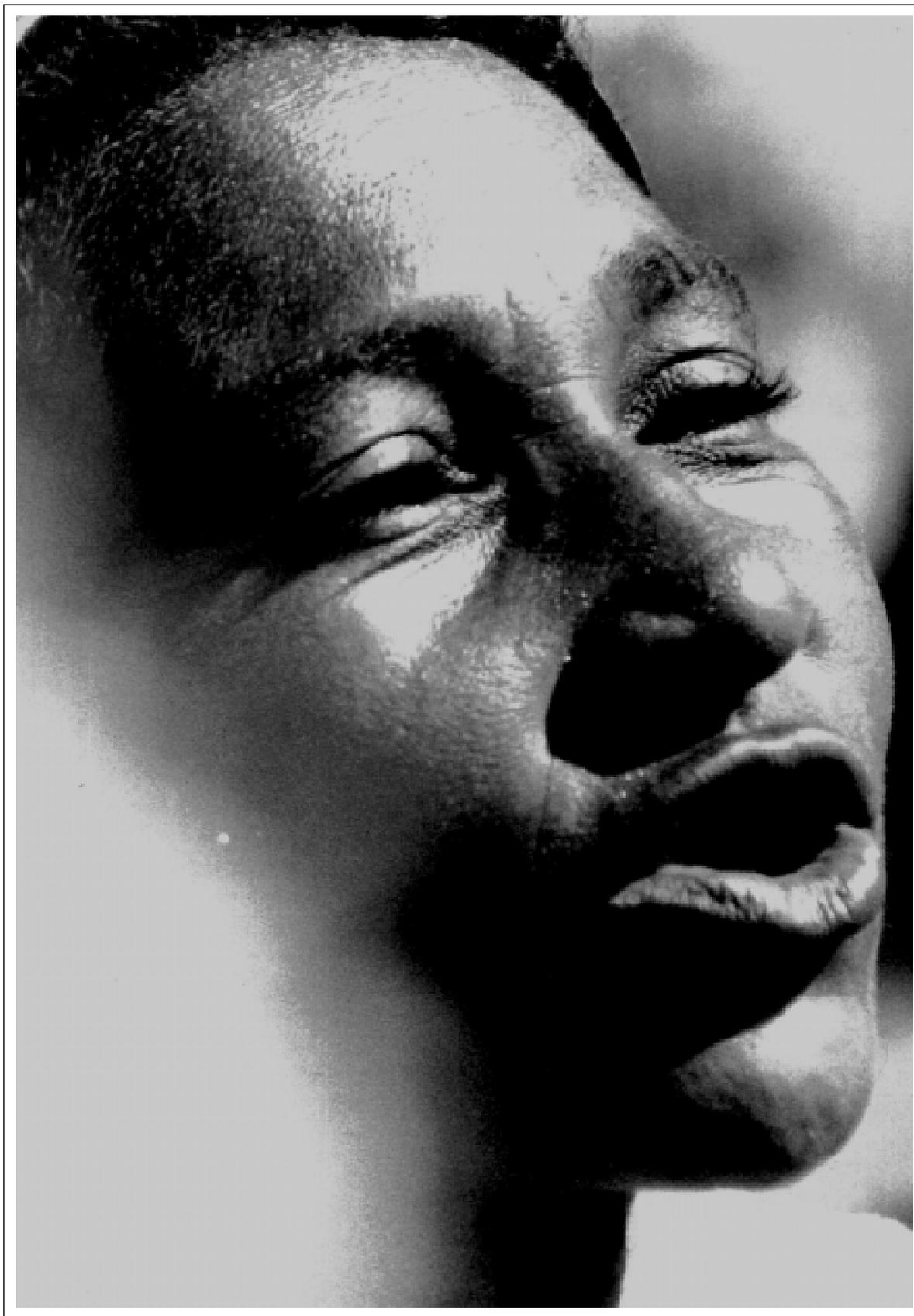
câmbio de experiências de uso e manejo da biodiversidade, contribuindo para o reconhecimento e valorização da sociodiversidade presente nos Cerrados e Caatingas do Norte de Minas Gerais.

A programação do encontro incluiu visitas a comunidades da região, trabalhos de grupo e plenária, com ativa participação dos presentes. As visitas possibilitaram uma discussão prática das diversas realidades vivenciadas no Norte de Minas. Na Feira da Agrobiodiversidade, realizada no Mercado Municipal de Porteirinha, cerca de 350 agricultores e agricultoras expuseram seus produtos e sementes vindos da microrregião da Serra Geral e demais microrregiões do Norte de Minas. O intercâmbio de experiências e sementes foi o ponto forte, junto com a premiação “Guardiões da Agrobiodiversidade”, oferecida a um representante de cada município presente. Apresentações culturais de artistas da terra deram o tom de valorização da arte e cultura, elementos importantes da diversidade norte-mineira.

A *violência aos direitos territoriais* foi um dos temas mais levantados nos debates. Os guardiões da agrobiodiversidade externaram as seguintes denúncias e proposições na Carta de Porteirinha.

Carta de Porteirinha

Nós, membros de 37 municípios e comunidades norte-mineiras, Guardiões da Agrobiodiversidade do Cerrado e da Caatinga, participantes do I Encontro Norte-Mineiro de Agrobiodiversidade, e entidades de apoio às suas lutas, reunidos em Porteirinha entre os dias 27 e 30 de abril de 2005, após intercâmbio, oficinas, discussão em plenária e visitas a comunidades tradicionais, acampamentos e áreas de assentamentos de reforma agrária, reafirmamos a riqueza cultural regional, fruto de uma ampla articulação das



Gongadeira do Bateiro – Festa do Rosário dos Homens Pretos de Minas Novas – Minas Novas – MG

diversidades, de seus modos de vida e de integração com a natureza em suas expressões regionais – Cerrado e Caatinga, frente à sua desvalorização a partir da introdução do modo de produção capitalista centralizador e concentrador dos meios de produção e excludor de amplas parcelas da população dos benefícios gerados pela sociedade, conduzindo-as a uma condição de vida não condizente com a dignidade humana. Também reafirmamos os direitos inerentes à vida em todos os seus aspectos, culturais, sociais, políticos, ambientais e econômicos e nos posicionamos para continuarmos a luta, a defesa e a conquista desses direitos. Reafirmamos, ainda, que nos constituímos como defensores da singularidade cultural regional em suas diversas formas de expressão, ou seja, como sertanejos, geraizeiros, Xakriabá, quilombolas, caatingueiros, barranqueiros, vazanteiros e trabalhadores sem terra e sem água, no conjunto da humanidade.

Uma questão é comum a todas as comunidades presentes: a violenta agressão a que têm sido submetidos os seus membros diante dos processos de territorialidade de cada uma dessas comunidades. Diante da constatação dessa realidade ultrajante, porque submete cidadãos à perda de direitos, da terra, da condição de reprodução material e social, bem como da riqueza cultural vivida, denunciamos:

– A empresa de reflorestamento Italmagnésio e seu proprietário de origem italiana, senhor Tricanato, na região do Alto Rio Pardo de Minas, pela ampliação indiscriminada do plantio de eucalipto, destruindo o Cerrado, em regeneração, usado pelos membros das comunidades em suas estratégias de reprodução; pela apropriação de terras públicas inviabilizando a utilização coletiva e a preservação da agrobiodiversidade tradicionalmente manejada pelos geraizeiros dessa área; lavagem de notas fiscais para escoamento de

carvão nativo como carvão de eucalipto; a cooptação da Justiça local pela empresa, que tem sistematicamente perseguido os membros das comunidades de Mocambo e Bom Jesus em seus conflitos jurídicos contra a referida empresa, e, pela implantação de uma indústria de álcool e cachaça sem possuir nenhum pé de cana plantado, colocando em risco as fabriquetas da tradicional pinga norte-mineira e a possibilidade de reprodução de vida material e social das comunidades dessa microrregião;

– O cercamento do território ancestral da comunidade quilombola de Brejo Grande, no município de Indaiabira, por advogado belorizontino, Pedro Henrique Costa, que visa a especulação imobiliária com a terra que, constitucionalmente, deveria permanecer como patrimônio da nação brasileira, em mãos dos quilombolas, bem como pelo trabalho escravo forçado a que os legítimos donos da terra são submetidos;

– As ameaças e violências que os quilombolas de Brejo dos Crioulos e dos Gurutubanos têm sofrido por parte de especuladores imobiliários que se dizem fazendeiros, desde que retomaram parcelas do território de acordo com o Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias e com a decisão da Justiça de que a propriedade da terra seja comprovada com título legal;

– As contínuas ameaças e perseguições políticas às lideranças das comunidades e membros das entidades comunitárias e sociais, militantes de movimentos de luta pela terra, geradas pelas empresas de monocultura de eucalipto, representantes e empregados de empresas vinculadas ao agronegócio;

– A articulação dos prefeitos de Alto Rio Pardo de Minas com o Governador do Estado de Minas Gerais para a expropriação de 750 famílias de geraizeiros dos municípios de Berizal, Indaiabira, Rio Pardo de Minas, São

João do Paraíso, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo, para a implantação da barragem de Berizal;

– As tentativas de maquiagem dos impactos sociais e ambientais promovidos pela monocultura do eucalipto através da certificação florestal, como as que vêm ocorrendo com a Plantar, VM Florestal, Gerdau, inclusive com a habilitação de projetos subsidiados pelo “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – créditos de carbono”;

– A carência de políticas públicas sociais de prefeituras municipais, impossibilitando o desenvolvimento sustentável das comunidades e favorecendo a concentração de renda e de poder em mãos de aliados políticos;

– O descaso e morosidade do aparelhamento estatal, federal e estadual, para a resolução dos conflitos agrários e para a implantação da reforma agrária no Norte de Minas, como o caso, dentre outros, do acampamento Alvorada, em Pintópolis, que aí se encontra instalado desde 2001;

– A truculência na ação da Polícia Militar, por ocasião do despejo de camponeses do MST, no acampamento de Eldorado dos Carajás, em Uberlândia, e o descaso e conivência do Poder Judiciário que concedeu *habeas corpus* ao fazendeiro Adriano Chafik, comandante da chacina no acampamento Terra Prometida, em Felisburgo, em 20 de novembro de 2004.

Durante estes três dias vimos que a agrobiodiversidade presente nos sistemas culturais de produção, tradicionais e agroecológicos, encontra-se sob ameaça pela expansão do agronegócio da monocultura de eucalipto e da criação do gado bovino que pretende atingir todos os rincões do sertão nordestino. Remanescentes de Cerrado e Caatinga onde vivem estas populações estão sendo postos ao chão e transformados em carvão; as águas estão sendo represadas ou sendo utiliza-

das intensivamente para a irrigação, contaminando, secando rios e nascentes e expulsando milhares de famílias de camponeses; as seguídas tentativas de comercialização de nossos produtos culturais, como queijo, requeijão, farinha, goma e aguardente, em outros centros urbanos, como São Paulo e Belo Horizonte, são implacavelmente perseguidas pelos órgãos da Fazenda estadual e federal, pelos órgãos de defesa sanitária e pela Polícia Rodoviária, que apreendem os ônibus, taxam de forma abusiva e classificam, pejorativamente, nossos produtos como clandestinos.

Vimos também uma riqueza de experiências e de ações concretas que estão sendo conduzidas pelas nossas comunidades, pelas nossas organizações, que estão estimulando a preservação e o uso sustentável da agrobiodiversidade e dos recursos hídricos no acesso ao mercado, na alimentação saudável, na medicina preventiva e popular, no acesso à terra e na conquista de territórios expropriados pelos fazendeiros e empresas reflorestadoras, sinalizando que outro modo de produção e de vida é possível, com a garantia da segurança alimentar e da reprodução material e social de nossas comunidades, nos levando a reivindicar aos poderes públicos municipais, estadual e federal as propostas que apresentamos a seguir:

Movimento dos Encurralados pela Monocultura do Eucalipto

1. Suspender o avanço da monocultura do eucalipto e promover a reconversão agroextrativista dos terrenos devolutos que foram arrendados de forma criminosa pelo Governo do Estado de Minas Gerais aos grandes grupos econômicos associados ao carvão e celulose, transformando estas áreas em unidades de conservação de uso sustentável e beneficiando as famílias geraizeiras sem terra ou com pouca terra que vivem em seu redor;

2. Penalizar imediatamente as empresas reflorestadoras responsáveis por crimes ambientais e sociais no sentido de reparar os danos provocados e introduzir medidas de conservação dos solos, das águas e da vegetação nativa;

3. Suspender o fornecimento de crédito público destinado ao fomento da monocultura do eucalipto, entre eles o do Pronaf Florestal, que está sendo estimulado pela Emater, IEF, Banco do Nordeste e Banco do Brasil, com aquiescência da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;

Movimento pela Reapropriação de Territórios dos Quilombolas do Norte de Minas Gerais

4. Promover a identificação, o reconhecimento e demarcação de territórios de dezenas de comunidades quilombolas que vivem nas regiões da baixada sanfranciscana e nas áreas de gerais no Norte de Minas;

5. Promover a desapropriação imediata das fazendas que estão no interior dos territórios das comunidades quilombolas de Brejo dos Crioulos e dos Gurutubanos;

6. Promover ações imediatas de políticas afirmativas que garantam os direitos humanos básicos, como o acesso a água, energia, alimentação, educação diferenciada, infra-estrutura social e produtiva;

Movimento de Luta pela Terra

7. Destinar recursos para a reforma agrária, agilizando os processos de desapropriação e implantação de assentamentos rurais, beneficiando imediatamente as cerca de 5.000 famílias sem terra acampadas no Norte de Minas;

8. Destinar recursos para dotação de infra-estruturas sociais (entre eles o para abastecimento de água nas parcelas familiares), cré-

ditos produtivos e contratação de assistência técnica e social para todos os assentamentos de reforma agrária do Norte de Minas;

Movimento Indígena

9. Ampliar o território do povo Xacriabá, incorporando todas as famílias de desaldeados;

10. Implantação do ensino superior indígena e garantia de reserva de vagas e condições de estudo nas universidades da região, entre elas UFMG e UNIMONTES;

11. Garantir o acesso a projetos de promoção social, cultural, ambiental e da segurança alimentar que beneficiem a comunidade Xacriabá como um todo;

Agricultura Familiar, Agroecologia e Segurança Alimentar

12. Reconhecer a diversidade cultural que constitui a agricultura camponesa e indígena, valorizando os seus saberes, os seus produtos culturais, suas estratégias agroalimentares, contextualizando a educação escolar, os programas de acompanhamento técnico e de segurança alimentar;

13. Fortalecer o processo de valorização de nossas sementes e mudas, apoiando o processo de melhoramento participativo e de intercâmbio entre as comunidades de agricultores e populações tradicionais, com a revisão da legislação que permitiu a legalização de uma forma vergonhosa das sementes transgênicas;

14. Promover o desenvolvimento da agroecologia nas unidades de ensino e pesquisa da UFMG, UNIMONTES, Epamig e Embrapa, inserindo os movimentos sociais e ONGs em seus projetos e programas;

15. Apoiar ações que dêem visibilidade às experiências, garantindo recursos para visitas e intercâmbio de experiências entre as comunidades, assentamentos, estudantes, professo-

res e técnicos de instituições governamentais e não-governamentais;

16. Apoiar o desenvolvimento de programas de convivência com o semi-árido, envolvendo organizações de agricultores familiares, ONGs e instituições de pesquisa e de ensino;

17. Desburocratizar o acesso aos créditos, com o financiamento de projetos que atendam a demanda das famílias de agricultores e agricultoras;

18. Promover o desenvolvimento e aprimoramento de experiências de uso sustentável da biodiversidade (frutos do Cerrado e Caatinga, plantas medicinais e oleíferas);

19. Promover o aprimoramento da produção artesanal, garantindo a qualidade e mantendo as suas características culturais, adequando a legislação sanitária e fiscal e viabilizando o acesso aos mercados locais e dos centros urbanos;

20. Apoiar programas populares de saúde valorizando a utilização de plantas medicinais e a alimentação sertaneja, estimulando a criação de farmácias vivas;

21. Que a Segurança Alimentar e Nutricional se constitua como uma política pública permanente e unificada, que não fique à mercê de vontades políticas do Poder Executivo, à exemplo do que vem acontecendo com o PSA e Prosan, ou ações pouco transparentes como o Minas Sem Fome, gerido pela Emater;

22. Que o programa de Segurança Alimentar da Conab seja fortalecido e ampliado;

Sobre a revitalização do Rio São Francisco

23. Que o projeto de transposição do Rio São Francisco seja imediatamente cancelado, por entendermos que o mesmo não resolverá os problemas reais de acesso à água da população nordestina, pelo contrário, atenderá aos interesses dos mesmos grupos que sempre se

apropriaram das políticas públicas construídas para a região;

24. Que a revitalização do Rio São Francisco se apóie no investimento nas populações que aí vivem, construindo com elas os projetos que melhorem suas condições de vida e de manejo dos recursos, e que seja revisto o modo de ocupação e uso dos Cerrados pelos conglomerados econômicos associados ao agronegócio como a soja, eucalipto, café e cana.

IV Encontro e Feira dos Povos do Cerrado – “Cuidadores do território, da cultura e da biodiversidade”

Moratória do Cerrado – proibir qualquer desmatamento que vise a expansão do agronegócio, até que se tenha um projeto discutido com a sociedade civil organizada e com os povos que o habitam, com vistas ao controle maior dos usos e conservação do bioma. Esta foi a principal reivindicação dos participantes do IV Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, realizado em Montes Claros de 14 a 18 de setembro de 2005. Com o tema central “Povos do Cerrado: cuidadores do território, da cultura e da biodiversidade”, várias atividades possibilitaram a discussão das grandes problemáticas sentidas pelas populações que habitam o Cerrado brasileiro.

12 oficinas debateram os temas: Transposição e Águas do Cerrado; Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos; Populações Tradicionais, Biodiversidade, Gênero e Preservação do Cerrado; Agroextrativismo, Redes Solidárias de Comercialização e Certificação; Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional, Cultura e Culinária do Cerrado; Educação Contextualizada e Ambiental, Território e Cultura; Estratégias de Comunicação na Luta pela Conservação e Uso Sustentável do Cerrado; Agroecologia e Reforma Agrária *versus* Agronegócio; Impactos Socioambientais

no Cerrado: Monoculturas, Carvão e Trabalho Escravo; Artesanato do Cerrado: Geração de Renda e Identidade Cultural; Interpretação Pictórica do Cerrado: Produção de Pigmentos de Utilização de Suportes Alternativos, e, Construção de Grandes Barragens no Cerrado.

Participaram cerca de 1.200 pessoas. Representantes das populações que habitam o bioma. Indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, geraizeiros, raizeiros, extrativistas, vazanteiros, sem terra, representantes das populações tradicionais dos 12 estados que extraem do Cerrado sua subsistência se reuniram em Montes Claros para um grande momento de intercâmbio e troca de experiências, denúncia e articulação de lutas. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que pela segunda vez veio a Montes Claros, atendendo pedido dos agricultores e agricultoras da região, participou de mesa política, oportunidade em que recebeu a Carta de Montes Claros, construída durante as oficinas e trabalhos de grupo, contendo denúncias e propostas para o uso sustentável do Cerrado brasileiro.

A Feira dos Povos do Cerrado, realizada de 16 a 18 de setembro, reuniu toda a diversidade de culturas e de produtos extraídos do Cerrado. Além da venda dos produtos, possibilitou maior visibilidade e promoção das iniciativas de uso sustentável do Cerrado brasileiro, mostrando as diversas formas possíveis de utilização.

O Grito do Cerrado foi o momento no qual os participantes levaram para as ruas todas as denúncias e preocupações quanto à realidade do Cerrado brasileiro. Momento de alertar a sociedade brasileira sobre o crescente processo de degradação do Cerrado e a ameaça aos seus povos, e para a urgência na implementação de ações voltadas para a conservação e uso sustentável do bioma.

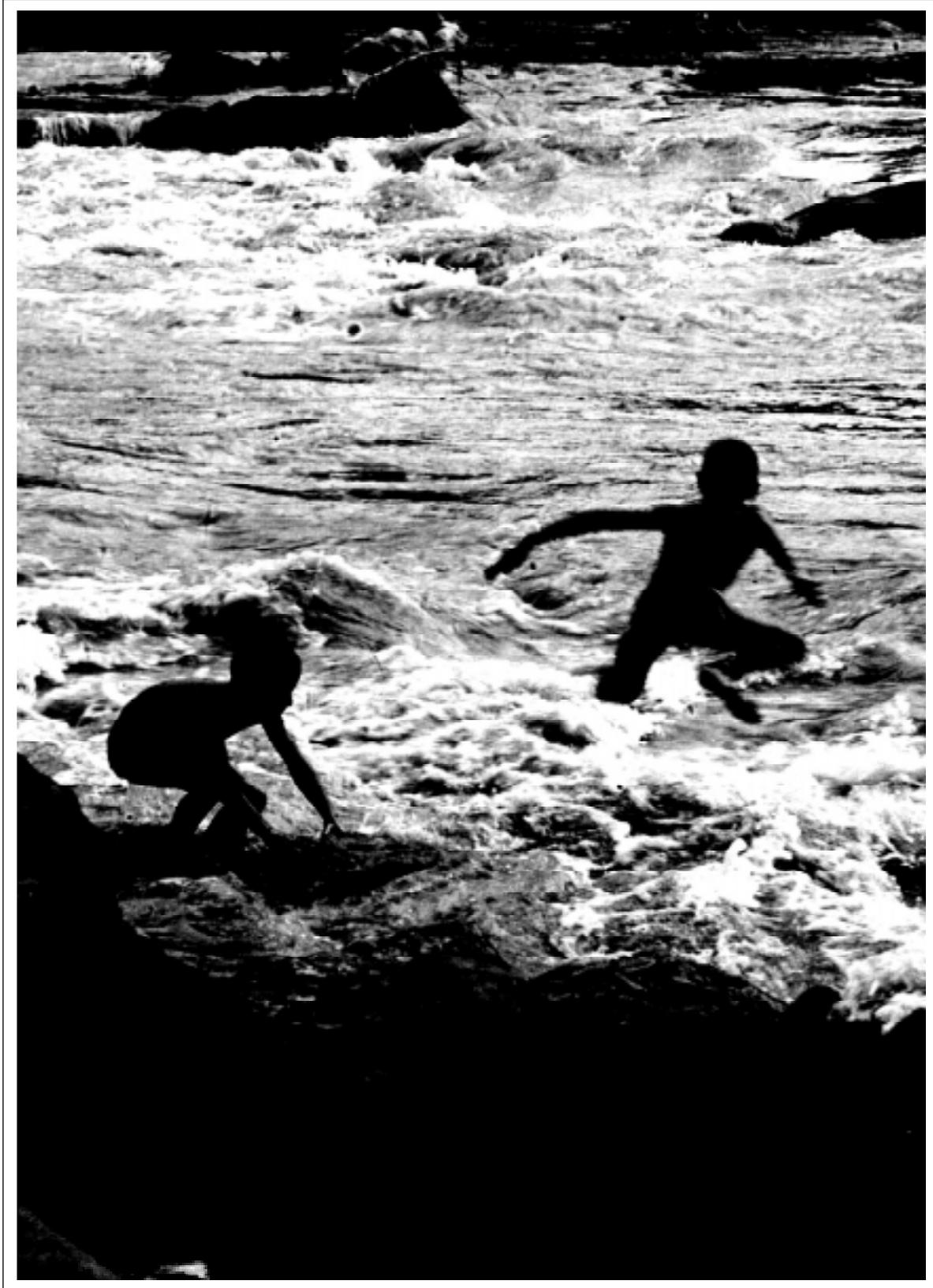
A Carta de Montes Claros, elaborada durante o IV Encontro/Feira, propõe uma reflexão ao

poder público e sociedade em geral quanto o potencial do Cerrado brasileiro e à ausência de políticas de conservação. Explicita o clamor dos povos do Cerrado Brasileiro.

Carta de Montes Claros

Nós, membros dos povos dos Cerrados, cuidadores do território, da cultura e da biodiversidade, participantes do IV Encontro/Feira dos Povos do Cerrado, reunidos em Montes Claros, Minas Gerais, de 14 a 18 de setembro de 2005, após o intercâmbio, oficinas, discussão em plenária e visitas a comunidades tradicionais, acampamentos e áreas de assentamentos de reforma agrária, reafirmamos, através da *Carta de Montes Claros*, a riqueza cultural dos Cerrados, fruto de uma ampla articulação das diversidades de seus modos de vida e de integração com a natureza frente à sua desvalorização a partir da introdução do modo de produção capitalista centralizador e concentrador dos meios de produção e excludor de amplas parcelas da população dos benefícios gerados pela sociedade, conduzindo-as à uma condição de vida não condizente com a dignidade humana. Também reafirmamos os direitos inerentes à vida, em todos os seus aspectos, culturais, sociais, políticos, ambientais e econômicos, e nos posicionamos para continuar a luta, a defesa e a conquista desses direitos.

Os Cerrados brasileiros se constituem numa fisionomia de savana única, portadora de 5% da biodiversidade do planeta. Essa diversidade é condicionada por sua posição central no continente sul-americano, colocando-o em contato com os principais biomas brasileiros e seus domínios – a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Pantanal, as Matas de Cocais do Maranhão e Piauí. Se considerarmos todas essas áreas de transição e ainda as ilhas de Cerrado na Amazônia (Amapá, Roraima e Pará), chegamos a um total de 315 milhões de hectares, ou 37% da superfície de nosso país, onde vivem mais de



Aventurando-se na cheia – Rio Araçuaí – Minas Novas – MG

37 milhões de pessoas. Há que considerar, ainda, que o Cerrado é o grande reservatório hídrico onde nascem e se alimentam as principais bacias hidrográficas sul-americanas. E são as suas longas e planas chapadas as áreas de recarga que conformam esse reservatório.

Ao longo de 12.000 anos de ocupação humana, essa diversidade ecológica propiciou a diversidade de modos de vida e de estratégias de uso dos recursos e de convivência com a natureza. Essa sociodiversidade está representada em nós, povos dos Cerrados, caracterizados pelo agroextrativismo: populações indígenas, quilombolas, geraizeiros, veredeiros, quebradeiras de coco, vazanteiros, chapadeiros, varjeiros, retireiros, pantaneiros e diversas outras identidades locais.

Queremos afirmar que, por tudo isto, os Cerrados são ricos e não podem estar subordinados à simples lógica mercantil contida na noção de agronegócio. Para nós, o valor dos Cerrados é, antes de tudo, o valor da vida de todos os seres e elementos que o constituem, que nele habitam e que dele dependem: homens, mulheres, os bichos, as plantas, a terra, as águas, os minerais.

Depois da destruição da Mata Atlântica no Brasil, é sobre os Cerrados que pesa o papel da continuidade da produção de *commodities* baratas para alimentar a desigualdade do sistema mundial de produção de mercadorias e capitais.

Hoje, nossas populações se encontram literalmente encurraladas pela apropriação das chapadas pelos latifúndios produtivos do agronegócio, que não só concentram poder e riqueza como desestabilizam os ciclos e fluxos ecológicos que eram sustentados pela biodiversidade e pela função de caixa d'água exercida pelas chapadas. Como unidade ecológica fundamental para a reprodução dos modos de vida e produção das populações dos Cerrados, as chapadas eram e são áreas de uso

comum, ricas em recursos do extrativismo, cujo manejo tradicional propiciou a sua conservação e uso sustentável durante séculos.

Estamos, pois, diante do confronto de dois modelos de uso dos recursos naturais nos Cerrados:

1. O dos povos dos Cerrados, que maneja os recursos naturais conservando a biodiversidade e a água, fundamentais não só para nós como para toda a humanidade e o planeta, que sabe que a sobrevivência de todos e de cada um depende da conservação da fertilidade natural da terra;
2. O do agronegócio, que beneficia poucos, sendo que a maioria sequer habita a região e que, exatamente por isso, não respeita os lugares, sua natureza e sua cultura, colocando em risco todo esse patrimônio natural e cultural.

Enquanto sujeitos sociais que fazem dos Cerrados seu lugar de viver e existir, nos sentimos responsáveis e com autoridade para dizer não à grilagem de terras, à etnobiopirataria, à contaminação de nossa gente e da água de todos, ao processo de modernização homogeneizante, à erosão dos solos e ao assoreamento dos rios, e reivindicamos um amplo processo de diálogo entre sociedade e Estado onde, desde já, assumimos nosso compromisso de contribuir para garantir, ao conjunto da sociedade brasileira, a segurança alimentar, a conservação da biodiversidade para a fertilidade dos solos, além de sermos verdadeiros guardiões da água, contribuindo, assim, para a sustentabilidade social, cultural e ambiental.

É no sentido de democratização das políticas públicas e reconhecimento das especificidades dos modos de vida diferenciados, mesmo entre nós, que defendemos uma *moratória* que impeça a abertura de novas áreas pelo agronegócio nos Cerrados, até que se tenha um plano de conservação e uso sustentável e um modelo de desenvolvimento não subor-

dinado a interesses externos e de grupos oligárquicos. Que este modelo incorpore e se alicerce em uma noção de sustentabilidade, enraizada nas nossas territorialidades, fortalecedora e potencializadora dos modos de vida e de produção daqueles que não conseguem existir sem os Cerrados e são os verdadeiros guardiões de toda sua riqueza ecológica e cultural.

Nesse sentido, nós, povos do Cerrado dirigimo-nos às autoridades e órgãos competentes dos poderes públicos municipais, estaduais e federais, para reivindicar:

1. Moratória para todo desmatamento associado à expansão do agronegócio nos Cerrados brasileiros até que se elabore, com a participação ativa da sociedade civil organizada e dos povos dos Cerrados, um plano de conservação e uso sustentável dos Cerrados;
2. Mudança na política econômica do Governo Federal de incentivo aos monocultivos e à mercantilização da água (o hidronegócio);
3. Mudança da legislação de acesso e uso dos recursos hídricos, inclusive com a elaboração de leis municipais de iniciativas populares sobre o patrimônio hídrico;
4. Mudança na política siderúrgica, que sustenta o monocultivo de eucalipto e o carvoejamento;
5. Maior rigor na fiscalização sobre monocultivos e grandes projetos implantados em área de Cerrado;
6. Imediata paralisação do processo de transposição do Rio São Francisco, seguida pela promoção de um amplo debate público sobre o tema;
7. Estímulo à adoção de alternativas energéticas, de baixo impacto ambiental e social;
8. Garantia de acesso das populações tradicionais à água e demais direitos básicos, como

saúde, saneamento e habitação;

9. Formulação e implementação de políticas públicas que garantam a inclusão social das populações tradicionais;
10. Regularização fundiária dos territórios das populações tradicionais em área de Cerrado;
11. Incentivo público à agricultura familiar, com especial atenção para a produção agroecológica e agroextrativista;
12. Apoio à consolidação das experiências de agroecologia e agroextrativismo no Cerrado, por meio de políticas públicas de assistência técnica, crédito e acesso a mercados;
13. Fortalecimento e valorização das feiras e mercados, como incentivo à produção e comercialização local;
14. Inserção de produtos agroecológicos e agroextrativistas na merenda escolar;
15. Incentivo à preservação de sementes crioulas;
16. Incentivo à recomposição de matas ciliares e à adoção de técnicas de conservação do solo e da água;
17. Desenvolvimento de pesquisas sobre o turismo, que permitam desenvolver critérios de sustentabilidade ambiental e social à atividade, reduzindo especialmente os seus impactos sobre as populações tradicionais;
18. Promoção da capacitação de grupos comunitários sobre o conteúdo da Medida Provisória 2186-16, relativa ao acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados, com o uso de metodologias participativas e de linguagem acessível;
19. Realização de seminários, com ampla participação de representantes comunitários, para discutir o projeto de lei que irá substituir a Medida Provisória 2186-16;

20. Participação de representantes de grupos comunitários, com direito a voto, no Conselho Nacional de Gestão do Patrimônio Genético;
21. Retomada, urgente, da tramitação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no Congresso Nacional;
22. Garantia de ampla participação de representantes comunitários na elaboração da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos;
23. Criação do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que irá monitorar a implementação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, com ampla participação de representantes comunitários;
24. Garantia do acesso à informação através de veículos de comunicação, adequados à realidade das comunidades (rádios comunitárias, jornais, panfletos e outros) e a diversificação das estratégias de comunicação;
25. Promoção de campanhas de conscientização e sensibilização da opinião pública brasileira sobre a importância ecológica do Cerrado e a riqueza de sua sociodiversidade;
26. Promoção de uma educação contextualizada (para e no Cerrado), alicerçada numa perspectiva do território e voltada à criação de autonomia dos sujeitos;
27. Inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas dirigidas às populações tradicionais no Cerrado;
28. Fortalecimento das organizações de mulheres;
29. Formação de educadores e educadoras do campo e da cidade;
30. Financiamento da educação do campo;
31. Promoção do resgate e valorização da cultura e costumes dos Povos do Cerrado;
32. Fortalecimento das organizações sociais atuantes no Cerrado e do Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, como espaço de maior expressão da diversidade sociocultural, de intercâmbio e articulação política em favor da conservação e uso sustentável do bioma.
33. Transformação do Cerrado e da Caatinga em patrimônio nacional, a exemplo da Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira (§ 4º, Art. 225 da Constituição Federal), a fim de garantir a sua conservação e uso sustentável.



Irmã – Comunidade São Vicente – Minas Novas – MG